



DIVULGAÇÃO  
DE RESULTADOS

2024

ENERGISA MARANHÃO  
TRANSMISSORA DE ENERGISA I  
S/A



GRUPO  
energisa12





**ENERGISA MARANHÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA I S/A**  
**RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2024**

**Cataguases, 25 de março de 2025** – A Administração da ENERGISA MARANHÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA I Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativa ao exercício social de 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários.

**ENERGISA MARANHÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A (anteriormente denominada ENERGISA TRANSMISSORA DE ENERGIA IV S.A.)**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	49	1
<b>Total do Circulante</b>		<b>49</b>	<b>1</b>
<b>Não circulante</b>			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	8	3.704	-
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>3.704</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.753</b>	<b>1</b>

**ENERGISA MARANHÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A (anteriormente denominada ENERGISA TRANSMISSORA DE ENERGIA IV S.A.)**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	9	519	-
Impostos e contribuições sociais	10	51	-
<b>Total do circulante</b>		<b>570</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>			
Impostos e contribuições sociais	10	97	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	6	100	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>197</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital</b>			
Capital social	11.1	1	1
Reserva especial de dividendos	11.2	540	-
		<b>541</b>	<b>1</b>
Recursos destinados a futuro aumento de capital	7	2.445	-
<b>Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital</b>		<b>2.986</b>	<b>1</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.753</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**ENERGISA MARANHÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A (anteriormente denominada ENERGISA TRANSMISSORA DE ENERGIA IV S.A.)**

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2024
Receita de construção da infraestrutura, ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura e receita das margens da obrigação de performance da construção, líquidas	12	3.585
Remuneração dos ativos da concessão	12	22
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>3.607</b>
Custo de Construção	13	(2.672)
<b>Lucro bruto</b>		<b>935</b>
Despesas gerais e administrativas	13	(295)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>640</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>640</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido	6	(100)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>540</b>
Lucro por ação R\$	14	540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**ENERGISA MARANHÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A (anteriormente denominada ENERGISA TRANSMISSORA DE ENERGIA IV S.A.)**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	14	540
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes		-
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>		<u>540</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**ENERGISA MARANHÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A (anteriormente denominada ENERGISA TRANSMISSORA DE ENERGIA IV S.A.)**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva especial de dividendos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1</b>	-	-	-	<b>1</b>
Lucro líquido do exercício	14	-	-	540	-	<b>540</b>
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva especial de dividendos	11.2	-	540	(540)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	-	2.445	<b>2.445</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1</b>	<b>540</b>	-	<b>2.445</b>	<b>2.986</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**ENERGISA MARANHÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A (anteriormente denominada ENERGISA TRANSMISSORA DE ENERGIA IV S.A.)**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024
<b>Geração do valor adicionado</b>		
<b>Receitas</b>		
Remuneração do ativo de contrato de concessão	12	22
Outras Receitas	12	3.682
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, Serviços de terceiros e outros	13	(295)
Custo de construção	13	<u>(2.672)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>737</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>737</b>
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>737</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>		<b>737</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>197</b>
Federais	6 e 12	197
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>540</b>
Reserva especial de dividendos	11.2	540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**ENERGISA MARANHÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A (anteriormente denominada ENERGISA TRANSMISSORA DE ENERGIA IV S.A.)**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	14	540	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	6	100	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	8	(22)	-
Margem de construção e remuneração do ativo de contrato	8	(1.010)	-
<b>Variações nas contas do ativo e passivo circulante e não circulante</b>			
Aumento de impostos e contribuições sociais	10	148	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(244)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações em linhas de transmissão de energia	13	(2.153)	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(2.153)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Recursos destinados para futuro aumento de capital	7	2.445	-
Subscrição de ações	11.1	-	1
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>2.445</b>	<b>1</b>
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>48</b>	<b>1</b>
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5	1	-
Caixa e equivalentes de caixa finais	5	49	1
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>48</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGISA MARANHÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A. (anteriormente denominada ENERGISA TRANSMISSORA DE ENERGIA IV S.A.)						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2024						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2024			2023		
Receita líquida (RL)	3.607			-		
Resultado operacional (RO)	640			-		
Folha de pagamento bruta (FPB)	-			-		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	()		( ) não possui metas() cumpre de 51 a 75%() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	()		( ) não possui metas() cumpre de 51 a 75%() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do corpo funcional	2024			2023		
Nº de empregados(as) ao final do período	-			-		
Nº de admissões durante o período	-			-		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			-		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024			Metas 2025		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	-			-		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa



Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2024: 737</b>		<b>Em 2023: -</b>			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	27% governo 0% colaboradores(as) 0% acionistas 0% terceiros 73% retido		0% governo 0% colaboradores(as) 0% acionistas 0% terceiros 0% retido			
<b>7 - Outras Informações</b>	<b>2024</b>		<b>2023</b>			
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União			-			
7.1.2 - Investimento do Estado			-			
7.1.3 - Investimento do Município			-			
7.1.4 - Investimento da Concessionária			-			
<b>Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)</b>			-			
7.2 - Programa de eficiência Energética			-			
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento			-			
<b>Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)</b>			-			



## Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

### 1. Contexto operacional

---

A Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S/A (“Companhia” ou “EMA”), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, companhia integrante do Grupo Energisa, é uma sociedade anônima de capital fechado com objeto social de explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

#### 1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

A Energisa Transmissão de Energia S.A. sagrou-se vencedora do lote 12 do Leilão Aneel 02/2024 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ocorrido em 28 de março de 2024, na Bovespa, em São Paulo.

Em 28 de junho de 2024, foi assinado o contrato de concessão nº 15/2024 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de maio de 2054, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado do Maranhão, composta pelas Subestações Teresina IV e Boa esperança (tensão 500 KV). Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$932.518. O prazo regulatório para entrada em operação comercial do empreendimento é de 72 meses estimado para 30 de junho de 2030.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um exercício de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações



representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual exercício de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e com a IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2025.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.



As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II. Nota explicativa nº 8 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); e
- III. Nota explicativa nº 15 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

### 3. Resumo das políticas contábeis

As principais políticas materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1. Políticas materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.
- b. **Concessionárias e permissionárias** – refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência.
- c. **Imposto de renda e contribuição social** - Imposto de renda e contribuição social – a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- d. **Ativo de contrato de concessão** – corresponde ao contrato de concessão nº 09/2008 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado junto ao Poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.



O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 5% e 12% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.
- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar



os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 5% e 12% ao ano;

- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

#### f. Instrumentos financeiros

##### **Ativos financeiros:**

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.



No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele



não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

**Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2024, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

**Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

**Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros ao custo amortizado** - Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

**Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

- f. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- g. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.



### 3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

#### (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

#### (ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 de forma retrospectiva e atualmente trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras.

## 4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto

### 5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	49	1
Total de caixa e equivalentes de caixa <sup>(1)</sup>	49	1

## 6. Impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.



	2024
<b>Passivo</b>	
Diferenças temporárias:	
Imposto de Renda	(74)
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido	(26)
<b>Total - Passivo não circulante</b>	<b>(100)</b>

As diferenças temporárias são como seguem:

	2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(294)	(100)
<b>Total - Passivo não circulante</b>	<b>(294)</b>	<b>(100)</b>

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2024	
	IRPJ	CSLL
Receitas operacional bruta	3.242	3.242
Alíquotas de presunção	8%	12%
<b>Base de cálculo</b>	<b>259</b>	<b>389</b>
Alíquota	15%	9%
IRPJ e CSLL	(39)	(35)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(26)	-
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido</b>	<b>(65)</b>	<b>(35)</b>

## 7. Transação com partes relacionadas

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Recursos destinados a futuro aumento de capital <sup>(1)</sup>
ETE	(2.445)
<b>2024</b>	<b>(2.445)</b>

<sup>(1)</sup> Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

## 8. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

O ativo de contrato inclui os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.



As concessões das companhias de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

O ativo contratual é recebido pela Companhia através da Receita Anual Permitida – RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Descrição	
Linhas de Transmissão	Linha 500 KV Terezinha IV e Boa Esperança
Margem de construção	38,24%
Margem de operação e manutenção	8,59%
Taxa de remuneração <sup>(1)</sup>	5% a 12% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custos incorridos	2.672
RAP anual <sup>(2)</sup>	112.500

<sup>(1)</sup> A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

<sup>(2)</sup> A resolução homologatória da ANEEL nº 3.348 de 16 de julho de 2024 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2024-2025, reajustando a RAP pelo IPCA em 3,92%.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Ativo de contrato de concessão	2024
<b>Saldo em 2023 – não circulante</b>	-
Receita de remuneração do ativo de contrato	22
Receita das margens da obrigação de performance de construção	3.192
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(2.283)
Receita de construção da infraestrutura	2.773
<b>Saldo em 2024 – não circulante</b>	<b>3.704</b>

## 9. Fornecedores

	2024
Fornecedores Serviços <sup>(*)</sup>	519
<b>Total - circulante</b>	<b>519</b>

<sup>(\*)</sup> Referem-se às aquisições de materiais e serviços necessários à construção das Linhas de Transmissão.



## 10. Impostos e contribuições sociais

	2024
Contribuições ao PIS e a COFINS <sup>(1)</sup>	97
Imposto de Renda Retido na Fonte	6
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	45
<b>Total</b>	<b>148</b>
Circulante	51
Não circulante	97

<sup>(1)</sup> PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo de contrato constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP.

## 11. Patrimônio líquido

### 11.1. Capital Social

O capital social é de R\$1 (R\$1 em 2023), representando 1.000 (1.000 em 2023) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

### 11.2. Reserva especial de dividendos

O montante destinado a reserva especial de dividendos é de R\$540, que de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, estes montantes, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

## 12. Receita operacional

Descrição	2024
Receita de construção da infraestrutura	2.773
Perda de eficiência na implementação da infraestrutura	(2.283)
Receita das margens da obrigação de performance da construção	3.192
Receita de remuneração do ativo de contrato	22
<b>Total de receita operacional bruta</b>	<b>3.704</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>	
Pis corrente	(17)
Cofins corrente	(80)
<b>Dedução da receita</b>	<b>(97)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.607</b>

## 13. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.



	Custo operacionais	Despesas operacionais	Total
	Prestação a Terceiros	Gerais e Administrativas	2024
Serviços de terceiros	-	295	295
Custo de construção	2.672	-	2.672
Outras despesas	-	-	-
	<b>2.672</b>	<b>295</b>	<b>2.967</b>

#### 14. Lucro por ação básico e diluído

	2024
Lucro líquido do exercício:	540
Média ponderada das ações	1
<b>Lucro líquido básico por ação - R\$ <sup>(1)</sup></b>	<b>540</b>

<sup>(1)</sup> A Companhia não possui instrumento diluidor.

#### 15. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

##### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado:</b>					
Caixa e equivalente de caixa		49	49	1	1
		<b>49</b>	<b>49</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

  

PASSIVO	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado:</b>					
Fornecedores		519	519	-	-
		<b>519</b>	<b>519</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixos. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser



desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

### **Gerenciamento de risco financeiro**

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da controladora indireta Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não operou com derivativos.

### **Gerenciamento dos riscos de crédito**

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

### **Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - a Companhia está exposta a riscos inerentes à atividade de construção, a atrasos na execução da obra e a potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.



A Companhia monitora tais riscos operacionais por meio da eficiência em seus controles internos e rígidos controles de contratação de parceiros no intuito de manter as melhores práticas de gestão e planejamento na construção de suas linhas de transmissão.

## 16. Meio ambiente (\*)

---

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental das instalações de transmissão.

2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

3. Gestão de Resíduos Sólidos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia obteve a licença prévia LP - SEMA/AP/ nº 001/2023, com início em vigência em 14 de março de 2023 e validade até 14 de março de 2027.

No exercício de 2024, não ocorreram investimentos em Meio Ambiente.

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.



## 17. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2024
<b>Outras transações não caixa</b>	
Remuneração do ativo de contrato da concessão	22
Receita de margens da obrigação de performance da construção (Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	3.192 (2.283)
Atividades Operacionais	
Fornecedores a prazo	519

\*\*\*

## Diretoria Executiva

### Gabriel Mussi Moraes

Diretor Presidente

### Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi

Diretor Geral de Operações

### Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

### Fernando César Maia

Diretor Técnico

### Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC-RJ 107.310/0-0

# **Energisa Maranhão**

## **Transmissora de Energisa I S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da  
Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essa outra informação que compreende o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4